

Economista recomenda mais aperto

Raul Velloso acredita que o governo precisa adotar medidas duras para obter superávits superiores a 3% do PIB, como quer o FMI

Da Agência Estado

Para cumprir as metas de superávit primário (receita menos despesa) em 2000 e 2001, acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo terá de ampliar as medidas de ajuste fiscal, com aumento de receitas ou cortes de gastos, ou as duas coisas simultaneamente. Esta é a principal conclusão do trabalho que o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, apresenta hoje no 11º Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos, que se realiza no Rio de Janeiro.

Há, no entanto, uma outra alternativa, de acordo com Velloso: convencer a diretoria do FMI de que superávits primários superiores a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), como está no acordo, são excessivos.

O economista submeteu as metas do acordo do Brasil com o FMI, que foi revisto em março por causa da desvalorização do real, a um teste de consistência. Constatou que, se as taxas de juros continuarem a cair como vem acontecendo nos últimos meses e se os superávits primários de 3,1% do PIB este ano, 3,25% do PIB no ano 2000 e 3,35% do PIB no ano 2001 forem efetivamente obtidos, será possível estabilizar a dívida líquida do setor público em 46,5% do PIB em 2001.

"Pelas minhas contas, com juros em queda e superávit primário em torno de 3% do PIB nos próximos três anos, a dívida estabiliza-se", disse. A questão que se coloca, de acordo com Velloso, é saber se o setor público brasileiro, e particularmente o governo central, tem condições de obter os superávits primários superiores a 3% do PIB em 2000 e 2001 com que se comprometeu junto ao FMI, sem a adoção de novas medidas. A resposta que o economista apresentará no Fórum Nacional é um contundente "não".

A opinião de Velloso tem grande repercussão junto aos investidores. Foi a partir de uma recomendação do economista que em 1993, o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso propôs a criação do Fundo Social de Emergência (FSE) — a base fiscal do plano de estabilização.

O chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Altamir Lopes, afirmou ontem que o Brasil vai mesmo negociar com os técnicos do FMI as metas para o desempenho do governo no segundo semestre. Lopes disse que toda esta negociação poderá ocorrer na revisão do acordo que está prevista para ser feita a partir deste mês.

COMPROMISSOS

Sobre as metas estabelecidas para os primeiros meses deste ano, Lopes assegurou que todas foram cumpridas. A primeira delas foi a obtenção do superávit primário (receita maior que a despesa sem contar gastos com juros) de US\$ 9,23 bilhões do setor público no primeiro trimestre. No acordo estava estabelecido que o superávit mínimo teria que chegar a US\$ 6 bilhões. Para o primeiro semestre, esta meta vai a US\$ 12,88 bilhões.

Outras metas que o Brasil cumpriu dizem respeito à dívida externa e foram fixadas para os primeiros três meses do ano. Para a meta de dívida externa do setor público não financeiro estava previsto o total de US\$ 87,9 bilhões e o atingido foi US\$ 83,2 bilhões. Esta mesma dívida externa, sendo de curto prazo, tinha meta de US\$ 5,3 bilhões e ficou em US\$ 3,56 bilhões. Havia ainda a meta para a dívida externa com garantia pública que era de US\$ 1,58 bilhão e o realizado foi US\$ 480 milhões. "Há uma margem de US\$ 1,1 bilhão", afirmou Lopes. Ele lembrou, entretanto, que desde 1997 o governo não dá garantia a dívida privada.

RESGATE DA DÍVIDA SOCIAL

■ Reposição de perdas dos benefícios da Previdência

■ Aumento dos beneficiários da área rural independente de contribuição prévia

■ Atendimento médico gratuito a todos os cidadãos

■ Instituição de um benefício previdenciário mínimo (um salário mínimo)

■ Criação do seguro-desemprego

■ Instituição da renda mínima (um salário mínimo) para idosos e deficientes físicos

Pela Constituição de 1988

ORÇAMENTOS EM ABERTO

	1995	1996	1997	1998	2000*
Déficit do INSS	0.6	0.2	3.3	7.4	13.0
Déficit do Seguro-desemprego	-3.8	-4.2	-3.2	-2.2	-2.2
Benefícios Assistenciais (LOAS)	0.0	0.2	0.8	1.1	1.4
Déficit Apos.&Pens.Servidores	17.4	16.8	16.5	19.0	13.2
TOTAL	14.2	13.1	17.5	25.4	25.4

(R\$ bilhões de 1998, deflacionados pelo PIB nominal)

* Estimativa

Fonte: Raul Velloso